

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Daniel da Silva Cunha dos Santos¹

Antônio Roberto Xavier²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar a importância da comunicação e transparência na administração pública na cidade de Capistrano Ceará, localizada a aproximadamente a 100 km da região metropolitana de Fortaleza, no interior do Ceará, apresentando qual o seu impacto para o desenvolvimento social e econômico, partindo da exploração de conceitos e temas que abrangem a sociedade civil como um todo. A falta de informação clara e objetiva e uma explícita problemática dentro do município de Capistrano traz em foco para as dificuldades de transparências entre as esferas sociais e econômicas, como também a carência de acesso e compreensão afeta a capacidade da população em resolver problemas locais. Justifica-se que a problematização se caracteriza como empecilho para uma sociedade participativa e consciente do atual cenário municipal. Através de um estudo de caso teórico empírico, de abordagem qualitativa, traça-se mecanismos captadores de informações acerca de questionários diretos em concordância a reformulação e conceitos bibliográficos para colocar em evidência as dificuldades de transparência e comunicação local. Resultando no entendimento e explicação conclusiva das problemáticas abordadas neste estudo de caso.

Palavras-chaves: Capistrano-Ceará. Comunicação. Transparência. Informação

ABSTRACT

This work aims to investigate the importance of communication and transparency in public administration in the city of Capistrano Ceará, located approximately 100 km from the metropolitan region of Fortaleza, in the interior of Ceará, presenting its impact on social and economic development, starting from the exploration of concepts and themes that encompass civil society as a whole. The lack of clear and objective information and an explicit problem within the municipality of Capistrano brings into focus the difficulties of transparency between the social and economic spheres, as well as the lack of access and understanding affects the population's ability to solve local problems. It is justified that the problematization is characterized as an obstacle to a participatory society that is aware of the current municipal scenario. Through an empirical theoretical case study, with a qualitative approach, mechanisms for capturing information about direct questionnaires are outlined in accordance with the reformulation and bibliographic concepts to highlight the difficulties of transparency and local communication. Resulting in the understanding and conclusive explanation of the issues addressed in this case study.

Keywords: Capistrano Ceará. Communication. Transparency. Information.

INTRODUÇÃO

Ao longo do texto, a discussão se estende para abordar a relação dos direitos de cada cidadão conforme delineado na Constituição Federal, com ênfase especial na Lei nº 12.527,

¹ Discente de Administração Pública pela Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

² Orientador. Doutor e Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Data de Submissão e aprovação: 08/07/2024.

sancionada em 18 de novembro de 2011, também conhecida como a LAI (Lei de Acesso à Informação) A LAI garante que todos os cidadãos tenham o direito de solicitar e receber informações públicas dos órgãos e entidades do governo, promovendo transparência e responsabilidade na gestão pública. Ela estabelece procedimentos claros e prazos para a disponibilização dessas informações, fortalecendo a participação cívica e o controle social.

A falta de informação clara e objetiva dentro do município de Capistrano traz em foco para as dificuldades de transparências entre as esferas sociais e econômicas, como também a carência de acesso e compreensão afeta a capacidade da população em resolver problemas locais.

É imperativo sublinhar que o estudo proposto se destaca pela abordagem de temas cruciais para a discussão, notadamente a comunicação social, a transparência da informação e a transição de dados entre os domínios político, social e econômico. Estes elementos fundamentais serviram como pilares orientadores ao longo da pesquisa, explorando minuciosamente como a informação perpassa os tecidos sociais e econômicos. Além disso, será dada ênfase à compreensão de como a transparência dessas informações impacta a população do município de Capistrano-CE. Esses pontos não apenas oferecem clareza, mas também estabelecem a coerência necessária para as abordagens delineadas nas seções subsequentes.

A comunicação social emerge como elemento-chave nesta pesquisa, desempenhando um papel fundamental na análise da disseminação da informação nos meios sociais e econômicos. O cerne do problema investigado nesta pesquisa reside nas complexidades envolvidas na circulação de informações entre as esferas sociais e econômicas. Ao longo do texto, serão minuciosamente explorados os conceitos apresentados, destacando o impacto que exercem e como podem ser instrumentalizados para aprimorar a acessibilidade e compreensão da informação pela população Capistranense.

O propósito de investigar a relevância nas interações políticas e a indispensabilidade da informação nesses contextos, uma vez que ambas se entrelaçam e conferem formalidade. Nesse sentido, destaca-se a coexistência intrínseca entre os elementos sociais e econômicos na estrutura da sociedade. A expectativa ao abordar esse tema é oferecer uma compreensão aprofundada sobre a necessidade crucial da disseminação de informações pelos líderes à população. Além disso, busca-se entender o ambiente em que essa população está inserida, sendo uma responsabilidade do poder político municipal conhecer a realidade da sociedade local. A ausência de acesso e compreensão por parte dos indivíduos em um município não apenas dificulta a resolução de problemas locais, mas também impede que a população exerça

sua voz para expressar suas dificuldades, contribuindo assim para o agravamento dessas questões.

O objetivo é investigar a importância da comunicação social, transparência de informação e a transição de dados para o desenvolvimento social e econômico no município de Capistrano-CE. O foco reside nas dificuldades da informação entre essas esferas e como a falta de acesso e compreensão afeta a capacidade da população em resolver problemas locais. O estudo visa ressaltar a interconexão entre aspectos sociais e econômicos, argumentando que a informação eficaz é crucial para líderes políticos entenderem e abordarem as necessidades da sociedade municipal.

Inicialmente, é crucial obter uma compreensão aprofundada das políticas sociais e econômicas, assim como das definições de comunicação social, pois esses fundamentos desempenharam um papel vital ao longo deste trabalho. O objetivo primordial é analisar a dinâmica da comunicação e informação transparente, do que diz respeito a sua importância para o desenvolvimento dos meios sociais e econômicos, destacando como essas bases políticas moldam a formalização da transmissão necessária entre a população e seus líderes, de forma recíproca.

A busca pela transparência na circulação da informação emerge como um ponto central para delimitar as questões relacionadas à falta de comunicação e à disseminação da informação. Este enfoque visa abordar como a falta de comunicação entre essas correntes pode resultar em atrasos no entendimento das dinâmicas municipais pela sociedade Capistranense.

O aprofundamento nesses aspectos proporcionará insights valiosos para lidar efetivamente com os desafios presentes da elevação da importância da comunicação e transparência no serviço público entre política, sociedade e economia.

Para tanto, destaca-se como de vital importância do entendimento claro, objetivo e participativo da população com relação a comunicação e transparência da administração pública para formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas, sobretudo das políticas sociais que visam atender as demandas sociais enfrentadas pelos munícipes capistranenses.

1 METODOLOGIA

Este estudo se configura como uma pesquisa básica, de natureza teórico-empírica, utilizando o estudo de caso como método procedimental. Caracteriza-se como um estudo de

caso teórico empírico, com abordagem qualitativa. Quanto ao objetivo, a pesquisa é exploratória e de natureza básica.

Escrita de abordagem qualitativa, visto que proporciona uma percepção do vivido, de alguns estudos e conceitos captados por meio de conteúdos já explanados e descritos em bibliografias existentes. E com isso sua abordagem qualitativa é empregada para compreensão de fenômenos (Gil, 2008).

Segundo Chizzotti (2011, p.115), a análise de conteúdo demanda “um conjunto de procedimentos e técnicas de extrair o sentido de um texto por meio de unidades elementares que compõem [...]: palavras-chave, léxicos, termos específicos, temas e semantemas, procurando identificar [...] os significados inscritos no texto”.

As técnicas (revisão de literatura peculiar, mais a técnica de pesquisa do questionário utilizado, as técnicas de análise de conteúdo e análise sócio-histórica da discussão dos sujeitos que participaram desta pesquisa (CHIZZOTTI, 2011; GIL, 2008; XAVIER ET .AL., 2021)

A amostra inclui indivíduos e prestadores de serviços de informação, sendo coletados dados por meio de formulários e pela observação das condutas e vivências dos participantes. Reconhecendo a importância de analisar as direções adotadas, o estudo busca compreender e evidenciar a eficácia das políticas através de revisões bibliográficas e entrevistas realizadas com residentes na cidade de Capistrano, no Ceará.

Foram realizadas buscas minuciosas na Internet, em revistas e bibliotecas virtuais, constituindo a base dos conceitos apresentados neste trabalho científico. Esses conceitos desempenham um papel fundamental como pilares para sustentar e compreender as percepções sobre a dinâmica da comunicação e informação nos meios social e econômico. Destaca-se que esta transição influencia diretamente o bem-estar geral e a capacidade de implementar mudanças benéficas para a população. A comunicação social e a transparência de informações foram fundamentais como alicerces para esse entendimento.

De forma anônima, foi feito um questionário (APÊNDICE A pág. 25) com algumas perguntas, para 30 pessoas de diversas idades e vivências. Com os seguintes requisitos

- I. Residir em Capistrano-CE;
- II. Ser maior de 16 anos;
- III. Independente de classe social.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

2.1 Comunicação Social

A comunicação social constitui um campo vasto que abrange diversas formas de interação e disseminação de informações entre indivíduos e grupos na sociedade. Marshall McLuhan, em sua obra seminal "Os Meios de Comunicação como Extensões do Homem" (1964), introduziu a famosa frase "O meio é a mensagem". Essa afirmação encapsula sua visão de que os meios de comunicação não apenas transmitem conteúdo, mas também moldam e transformam as próprias mensagens que são comunicadas.

McLuhan (1964) define os meios de comunicação social como sistemas mecânicos de emissão e transmissão de mensagens destinadas a um público vasto, disperso e heterogêneo. Este termo abrange principalmente os órgãos de informação de massa, conhecidos como "mass media" em inglês, que incluem a imprensa periódica, rádio, televisão, teatro, propaganda e cinema. A evolução tecnológica trouxe à tona a internet, uma ferramenta que revolucionou a comunicação social ao permitir a criação e compartilhamento de diversos tipos de conteúdo com uma velocidade sem precedentes.

A comunicação é considerada por vários autores como um dos processos básicos do ser humano ao longo de sua trajetória vital, com a mais complexa e elevada conquista da humanidade (Sutterley; Don - Nely, 1973; Mortensen, 1980).

É um processo fundamental na sociedade humana, possibilitando a troca de informações, ideias e experiências entre indivíduos. Segundo Maser (1975), em sua origem latina, a palavra "comunicar" significa "tornar comum, partilhar". Essa definição destaca a essência da comunicação como um processo de interação social que visa a criar um espaço comum de significado entre as pessoas.

A comunicação é um processo global de amplo significado, onde meios verbais e não verbais permitem que uma pessoa influencie outra. Como destacado por Weaver (1980), os meios de transmissão de ideias incluem a palavra falada, seja diretamente, por telefone ou rádio, e a palavra escrita ou impressa, transmitida manualmente ou por equipamentos. Além disso, gestos como acenos de cabeça e de mão também desempenham um papel crucial nesse processo.

A comunicação é essencial para o comportamento humano, sendo considerada a essência do ser humano, onde a linguagem e a sociabilidade encontram seu lugar. Segundo

Sutterley e Donnelly (1973), 'comunicar é pôr em comum, é aproximar distâncias', ressaltando assim a importância de compartilhar e diminuir as barreiras interpessoais.

A precariedade da comunicação social em Capistrano-CE gera diversos desafios. A falta de informação dificulta o acesso da população aos serviços públicos e impede o acompanhamento das ações da gestão municipal. Além disso, a ausência de canais de diálogo entre os líderes e a sociedade civil cria um clima de desconfiança e dificulta a participação popular na tomada de decisões.

Atualmente, na cidade de Capistrano existe um site da prefeitura, onde é posto algumas informações sobre o município, infelizmente não são informações suficientes para que a população possa compreender o atual cenário da cidade. A falta de um canal acessível para a população é extremamente necessária, para que o uso da comunicação social seja proveitoso, por conta de ser uma cidade pequena, que segundo o IBGE, em 2022 a população estimada é de 17.254 pessoas, numa área de 226,549km². Considera com essas estimativas, que é uma cidade de pequeno porte, economicamente, em relação às oportunidades, área geográfica e índices de pobreza, a dificuldade de ter acesso aos meios midiáticos se torna de um certo modo alta, pois nem todos tem acesso à internet, a um programa de tv, ou de rádio, entre outros meios.

A comunicação pode ser entendida como meio de propagar a informação, como forma de explanar assuntos ou qualquer tipo de conceitos, definições, pensamentos, notícias, informações de maneira geral. Comunicar é uma atividade essencial para a vida em sociedade, cujos seres humanos e animais partilham diferentes informações entre si.

Desde os primórdios da humanidade, a comunicação tem sido vital, servindo como uma ferramenta essencial para integração, instrução, troca mútua e desenvolvimento. O processo de comunicação envolve a transmissão de informações entre um emissor e um receptor, onde este último decodifica a mensagem recebida.

A comunicação tem algumas vertentes, como a social e profissional. A comunicação social abrange sistemas de transmissão de mensagens destinadas a um público vasto, disperso e heterogêneo, incluindo órgãos de informação de massa como imprensa periódica, rádio, televisão e cinema. Dentro do contexto empresarial, a comunicação se torna uma área estratégica crucial para o planejamento organizacional. Autores como Philip Kotler destacam que uma boa estratégia de comunicação contribui significativamente para o sucesso de uma empresa, influenciando sua reputação e posicionamento no mercado (Kotler, 2006).

Nesse sentido, conceitos como assessoria de imprensa e comunicação interna desempenham papéis fundamentais. A assessoria de imprensa, por exemplo, é essencial para

gerenciar a imagem pública da empresa perante a mídia e o público externo, enquanto a comunicação interna fortalece a coesão organizacional e alinha os colaboradores com os objetivos e valores da empresa.

2.2 Comunicação Política

Trazendo para a visão política, a comunicação é uma forte ferramenta para a propagação política para os meios sociais e econômicos. A pesquisa da Comunicação Política, comprometida com o nascimento da Teoria da Comunicação, especialmente em Lazarsfeld (1941), Lewin (1943), Hovland (1953) e Laswell (1948), abriu inúmeras perspectivas de estudo do fenômeno, contemplando várias áreas da ciência: Sociologia, Ciência Política, Linguística, Administração Pública, História, entre outras.

Gerstlé (2005) propõe uma abordagem do processo de Comunicação Política partindo de três concepções: a instrumental, a ecumênica e a competitiva; às quais acrescento a deliberativa, como possibilidade de indicar o lugar e as finalidades que envolvem os agentes sociais na Comunicação Pública. Essas abordagens não são excludentes e nem são pensadas de modo evolutivo. A concepção instrumental coloca a Comunicação Política como um conjunto de técnicas usadas por políticos e governantes para seduzir e manipular a opinião pública. Neste eixo também podem ser incluídas a comunicação governamental e sua estratégia recorrente de abordar a sociedade pela via da propaganda ideológica e/ou institucional; tais fronteiras nem sempre são fáceis de delimitar.

A interpretação desta modalidade de Comunicação Política é mais do que compreender a dinâmica do intercâmbio entre os atores. Gerstlé (2005) exemplifica que um pronunciamento do Presidente e um movimento grevista, além do intercâmbio de mensagens, não podem prescindir da análise dos impactos da mesma mensagem em diferentes atores e segmentos do mercado político. É nessa condição que podem ser articuladas a Comunicação Política.

Baseado na premissa de Nimmo (1970), Blumler (1990) afirma que o impacto da mídia tem sido maior na cognição do que nas atitudes, e que estas seriam o resultado de um aprendizado gradual por meio da repetição e práticas de novas maneiras de ver o mundo.

No entanto, a contribuição mais significativa de Blumler está na afirmação de que “a mídia está sendo considerada dentro e não acima das forças do poder, sujeita a outros poderes”. Para determinar que versões da realidade são aceitáveis numa base mais ampla, para moldar os valores da sociedade” (Blumler, 1990, p. 114).

O autor imediatamente supracitado afirma ainda que o processo de A comunicação política moderna pode ser comparado à força poderosa de um ímã, que não apenas atrai, mas também obriga todos aqueles que entram em seu campo de ação a se adaptarem. Esse processo não só redefine a maneira como as mensagens são recebidas e os temas são discutidos no embate político, mas também tem o poder de influenciar e até mesmo alterar as perspectivas e escolhas dos cidadãos.

Vistos os conceitos apresentados acima, percebe o quanto o processo de comunicação é importante, na questão de tomadas de decisões por partes cidadãs, do quanto o poder de como essa comunicação manuseia as informações nestas correntes de políticas públicas. Conceituar a comunicação neste trabalho é uma peça fundamental acerca do problema apresentado, e desafia o leitor a perceber que o processo de comunicação, sendo feito de maneira contrária ao que se entende por correto, acarreta diversos problemas além da desinformação, ou do que tanto conhecemos atualmente as “fakes News”.

As bases teóricas da comunicação política estão fortemente ligadas a áreas como a psicologia, a ciência política, a sociologia e a comunicação. As teorias do processo informativo, como a dissonância cognitiva, estão mais centradas na psicologia. A teoria da dissonância cognitiva, proposta por Festinger (1957), explora como as pessoas lidam com contradições internas, racionalizando suas opiniões para evitar a dissonância. Essa teoria é fundamental para compreender como os cidadãos, com diferentes ideais e objetivos políticos, variam na escolha e seleção da informação relacionada ao processo eleitoral.

As teorias subjetivas, embora cada vez menos comuns, ainda marcam a análise do processo informativo. Os aderentes a estas teorias consideram que a realidade existe num sentido positivo e que surge das percepções criadas pelos indivíduos durante um processo de comunicação. Mead(1934) argumentou, 'o self é formado e transformado através da comunicação', refletindo a influência das interações sociais na construção da realidade percebida." Esta integração mostra como Mead contribui para a compreensão de como as interações sociais moldam a forma como percebemos e construímos a realidade.

Esta é uma comunicação hoje marcada pelos meios de comunicação inseridos num mercado, onde tanto as notícias como os políticos nos aparecem como produtos que podem ser ou não “comprados” pelos consumidores, aqueles que escolhem que notícias são importantes e merecem a sua atenção e qual o político que escolhem para representá-los, num contexto de campanha política. Tendo isto em mente, é encontrado um cenário de centenas de dúvidas, relacionado ao que entender em meio a essa comunicação que transita nesse meio social,

econômico e político, visto que esses assuntos, essas correntes tão presente na sociedade possibilitam o acúmulo de informações necessárias para, por exemplo, decidir a quem fica responsável pelo Estado, quem será o governante.

Por isso, a ideia da comunicação é tão importante no meio político assim dizendo, pois é através desse processo, desse manuseio de informações que os indivíduos, têm percepção do que acontece nos seus cenários político-sociais/econômicos.

2.3 Transparência nas Informações

Quando se pensa em transparência, a ideia primeira de que nos vêm é a de publicidade das ações dos governos, no entanto, são necessárias outras medidas que vão além da simples divulgação dos serviços públicos realizados ou prestados à sociedade. Transparência não é apenas disponibilizar dados, mas fazê-lo em linguagem clara e acessível a toda a sociedade interessada. Dessa forma, dar transparência é chamar a sociedade para participar dos rumos do Estado, é motivar a decisão tomada e divulgar todos os atos, salvo as exceções normativas.

A transparência é um princípio basilar da ideia de democracia, esta, surgida no curso da modernidade como meio de superar os obstáculos impostos pelo então Estado absolutista, nos moldes idealizados na Grécia clássica, quando os cidadãos reunidos em lugar público, apresentavam proposta, votavam orçamento e determinavam o quanto de tributos deveriam pagar para financiar as despesas públicas.

Na Administração Pública brasileira, a transparência, fundamentada no Estado Democrático de Direito consagrado pela Constituição Federal de 1988, busca tornar concretas e legitimar as ações praticadas pelo governo, reduzindo a distância entre a Administração Pública e os cidadãos. Segundo Martins Júnior (2010, p. 40), isso se realiza por meio da publicidade, da motivação e da participação popular. Esses elementos garantem direitos fundamentais como o acesso à informação e um devido processo legal, promovendo uma maior interação entre o governo e os administrados.

O texto constitucional não promoveu a explicitação da transparência no rol dos princípios constitucionais, o que, segundo Maffini (2006, p. 9-10) “não lhe retira o status aqui pugnado”, percebe-se que a ausência de uma menção explícita não tira da transparência o status de princípio fundamental dentro do ordenamento jurídico. Isso significa que mesmo que a transparência não seja mencionada diretamente na Constituição, ela ainda pode ser considerada um princípio geral do direito.

É dever do Estado informar aos cidadãos quais serviços são oferecidos, onde estão disponíveis e quais são os requisitos para acessá-los, refletindo uma necessidade fundamental de seu papel como provedor de serviços públicos. A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e se aplica aos três poderes da União, estados, Distrito Federal e municípios. Esta legislação representa um marco importante na consolidação do regime democrático brasileiro e no fortalecimento das políticas de transparência pública.

A Lei estabelece como princípio fundamental que o acesso à informação pública deve ser a norma, com o sigilo sendo apenas uma exceção. Para assegurar o pleno exercício do direito de acesso previsto na Constituição Federal (1988), a Lei especifica os mecanismos, prazos e procedimentos para fornecer as informações solicitadas pelos cidadãos à administração pública. Além disso, a Lei exige que órgãos e entidades públicas divulguem proativamente um conjunto mínimo de informações através da internet.

No site do Gov.br, A Controladoria-Geral da União (CGU) reforça que a transparência desempenha um papel crucial no combate à corrupção, pois funciona como um poderoso mecanismo de incentivo para os gestores públicos agirem com integridade e responsabilidade. Ao disponibilizar informações claras e acessíveis sobre as atividades governamentais e o uso dos recursos públicos, a transparência não apenas fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, mas também aumenta a prestação de contas dos administradores.

Dessa forma, a CGU acredita que a transparência não apenas revela práticas ilícitas, mas também previne sua ocorrência, promovendo uma gestão pública mais ética e eficiente. A transparência na gestão pública possibilita que a sociedade, munida de informações, participe ativamente no controle das ações de seus representantes, verificando se os recursos públicos estão sendo utilizados de maneira adequada.

Um dos exemplos dessa transparência, e um dos mecanismos do estado é o Portal da O Portal da Transparência do Governo Federal é uma plataforma crucial para que os cidadãos possam acompanhar como os recursos arrecadados através de impostos federais são utilizados para fornecer serviços públicos à população. Lançado inicialmente em 2004 e renovado em junho de 2018, o site, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU), tem como principal objetivo promover e ampliar a transparência na gestão pública. Além disso, ele visa fortalecer a participação social ao permitir que os cidadãos fiscalizem os gastos e investimentos do Poder Executivo Federal.

Dentro das cláusulas pétreas, direitos do cidadão contidos e garantidos dentro da Constituição Federal de 1988, que automaticamente fortalece a cidadania encontra-se questões relacionadas à informação, ou seja, a vocação que o estado tem que desenvolver, prestar e respeitar os seus direitos, contidos no art.37, parágrafo 3º, na qual expõe as formas de participação do cidadão, no mesmo artigo, pode se perceber os direitos de acesso à informação.

Algumas leis complementares, como já citadas a LAI, lei da transparência (2009) e em 1999, o estado de São Paulo, já disciplinava essas questões com a Lei de defesa do usuário do serviço público, lei esta que garante os direitos fundamentais do cidadão que é usuário de serviços públicos, direitos a informação, qualidade e controle. Por conta dessa lei, foi fortalecido o sentido de informar a ideia ativa e de obtenção de informações, inclusive a qualidade dos serviços.

2.4 Políticas Sociais

De acordo com o filósofo grego Aristóteles, a política é a ciência que visa a felicidade humana. Ele a divide em duas áreas: ética, que se preocupa com a felicidade individual do homem na Cidade-Estado (polis), e a política propriamente dita, que se dedica à felicidade coletiva. Dentro das ciências práticas, aquelas que buscam conhecimento como meio para a ação política se enquadram nesse âmbito. Aristóteles afirmava,

Vemos que toda cidade é uma espécie de comunidade, e toda comunidade se forma com vistas a algum bem, pois todas as ações de todos os homens são praticadas com vistas ao que lhes parece um bem; se todas as comunidades visam algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras, tem mais que todas, este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política (Aristóteles, Política. L. I, cap. I, 125 a, p.12).

Política, pode se referir ao relacionamento entre as pessoas, principalmente quando o objetivo é alcançar um bem comum, e é tudo aquilo que se relaciona a busca de ações tanto para benefício próprio, como para o coletivo. A palavra social concerne em tudo aquilo que repercute na sociedade, entende-se por uma área muito complexa no sentido de que está formada por indivíduos diferentes que interagem entre si. O ser humano é o único que necessita de momentos de privacidade, mas também é social por relacionar-se com os outros e diversas áreas, tais como academia, do ambiente profissional, família, lazer, entre outros. É importante perceber que o fato de uma pessoa se sentir feliz, é algo que irá implicar diretamente a sociedade, claro que de forma positiva (a certo limite de excesso).

Com isso, surge a ideia de problema social que tem como, por exemplo, se um país passa a ter problemas com uma crise econômica e desemprego, consequentemente se entende como um grande problema social, o que gera um forte impacto para o desenvolvimento social e econômico dentro da sociedade.

Uma percepção conceitual e histórica é trazida à tona por Émile Durkheim (2002), na qual foi um pensador sociólogo, que abordava como um dos estudos mais importantes dentre suas obras, o Fato Social, na qual expõe em uma de suas obras:

Toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independentemente de suas manifestações individuais. (Durkheim, 2002. p. 11).

Os fatos sociais têm como características essenciais à coerção social, a exterioridade aos indivíduos e a generalidade. A coerção social é evidenciada pelas sanções, sejam legais ou espontâneas, exercendo força sobre os indivíduos, nela devendo inserir-se também a educação como elemento de conformação do indivíduo à sociedade. São ainda dotados de exterioridade, no sentido de que se mostrem independentes da vontade ou adesão dos indivíduos. Na ideia de Durkheim, os fatos sociais possuem natureza coletiva, com características exteriores comuns a uma universidade de indivíduos.

Após algumas percepções acerca de política e social, é importante trazer à tona a ideia de políticas sociais. Políticas sociais estão referidas a ações que determinam o padrão de proteção social inserido pelo estado, voltadas, em primeira mão, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. “As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais” (Höfling 2001) pág. 31. Neste sentido, entendem-se como políticas sociais ações governamentais que agem em conjunto por meio de programas que proporcionam a garantia de direitos e condições dignas de vida a um cidadão de forma justa.

As políticas sociais, enquanto suas funções acerca do capitalismo, Faleiros (2009) em uma de suas obras, no estado capitalista, ele introduz a ideia de que a análise da política social implica a consideração do movimento do capital, ou seja, um não existe sem o outro, e ao mesmo tempo ele fala sobre os movimentos sociais concretos que obriga, especificamente o estado e capital, a cuidar da saúde, educação, da duração de vida do trabalhador, da reprodução imediata e a longo prazo, mas porque o capital tem essa necessidade? A resposta é simples,

visto que a mão de obra humana é a ferramenta mais importante para o capital, cuja execução gera mais-valia, logo se indaga a preservação dessa ferramenta, que é feita através das políticas sociais.

As políticas sociais são resultado da luta da classe trabalhadora, ao passo que também é um instrumento de manipulação e de puro escamoteamento da realidade da exploração na classe operária, por isso, é visto como um caráter contraditório. Faleiros, ressalva em suas concepções, diz que a diversidade de intervenção do estado capitalista, pode também ser visualizada pelos distintos domínios de política social, que vão desde saúde, educação, habitação, assistência, previdência etc. Estes domínios de intervenção são denominados sócios por questões históricas e ideológicas. O estado fragmenta propositalmente essas políticas, para que o trabalhador perca a dimensão do todo, da dimensão de classe.

Embora seja apresentada como uma medida social, frequentemente uma política governamental é vista de forma benevolente pela população. Quando o governo menciona prioridades sociais ou humanas, parece defender as camadas mais pobres, ao mesmo tempo que esconde e disfarça a relação dessas medidas com a estrutura econômica e a acumulação de capital..

Entende-se, portanto, que o estado capitalista é um grande “garantidor” da manutenção das condições gerais de reprodução do capital e produção, isto é, acumulação capitalista, assumindo apenas os investimentos que não são rentáveis para o capital, ou seja, assumir o investimento que demandam recursos públicos como meio de favorecer e estimular o capital, criar uma infraestrutura necessária para os investimentos e circulação do capital, estabelecendo facilidades jurídicas, sobretudo no que se atribui ao crédito em favor da acumulação, e investir em grandes empreendimentos que beneficiem o capitalismo, afirma Keynes (1997).

Neste sentido, as políticas sociais são complexas e ambivalentes, servindo tanto aos interesses do capital quanto garantindo direitos à classe trabalhadora. Essa dualidade gera um equilíbrio tenso, onde as políticas sociais promovem a produtividade do capital ao mesmo tempo que empoderam os trabalhadores com direitos sociais. Nancy (2013) afirma, que: "A justiça social requer não apenas a redistribuição econômica, mas também o reconhecimento dos sujeitos sociais em sua diversidade." argumenta que as políticas sociais devem abordar tanto a distribuição econômica quanto o reconhecimento de identidades e diferenças culturais para alcançar a justiça social completa. Para avançar em direção a uma sociedade mais justa, é crucial fortalecer essas políticas com participação democrática, buscando superar as desigualdades e construir uma sociedade mais solidária.

O meio conceitual das políticas sociais, relacionado ao sentido comunicativo, traz percepções de como a informação tem impacto nas relações sociais dos indivíduos. As ações sociais implicam fortemente as informações, muitas vezes mascaradas por discursos que tem a finalidade de apenas de convencer, sem proporcionar além de palavras “enganadoras”.

2.5 Políticas Econômicas

Como já falado, política é tudo aquilo que se relaciona à busca de ações tanto para benefício próprio, como para o coletivo. E no meio econômico, não é diferente a ideia de política. Primeiramente, é necessário entender a ideia de econômico, e como essa corrente política possibilita a relação no que diz respeito às políticas transitivas. Econômico, é um adjetivo que sugere algumas indagações, como: respeitante à economia, caracterizado pelo uso cauteloso, eficiente e ponderado dos recursos materiais, que controla gastos, que evita desperdícios, que gera economia, que reduz gastos, que custa pouco; barato, essas definições surgem a partir da percepção de Economia.

Segundo Vasconcelos e Garcia (2009), expõe algumas percepções acerca de Economia, a palavra deriva do grego *oikonomía* (de *óikos*, casa; *nómos*, lei), que significa a administração de uma casa, ou Estado. E segundo os autores, é a ciência social que estuda como o indivíduo e as sociedades decidem empregar recursos escassos na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, a fim de satisfazer as necessidades humanas.

A base e o objetivo do estudo da ciência econômica, contém vários conceitos importantes, como: escolha, escassez, necessidade, recursos, produção e distribuição. Esses conceitos se relacionam entre si e em qualquer sociedade, os recursos produtivos ou fatores de produção, como a mão de obra, terra, matérias primas, dentre outros, se tornam limitados. Por outro viés, as necessidades humanas são limitadas e sempre se renovam, por força do próprio crescimento populacional e do contínuo desejo de elevação do padrão de vida.

Independentemente do grau de desenvolvimento de um país, nenhum possui todos os recursos necessários para atender a todas as necessidades da sociedade. A economia e a política estão intimamente conectadas. A política estabelece as instituições que moldam as atividades econômicas. Dessa forma, a atividade econômica é condicionada pela estrutura e pelo regime político do país, seja ele democrático ou autoritário. As prioridades da política econômica, como

crescimento, distribuição de renda e estabilização, são determinadas pelo poder político. No entanto, muitas vezes, a estrutura política é influenciada pelo poder econômico.

Um exemplo colocado em contextualização por De Carvalho (2021) é a política do “café com leite”, antes de 1930, quando Minas Gerais e São Paulo dominavam o cenário político do país, pois eram considerados os dois estados mais poderosos da época que era denominado como República Oligarquia, esse procedimento político, consistia na alternância no cargo de Presidente da república entre esses dois estados, o que explica a questão da subordinação política ao poder econômico, visto que ambos dos estados “lideraram” na época.

Segundo Keynes (1936), Políticas econômicas são as ações governamentais relacionadas com a situação econômica de um país, cujo foco é alcançar objetivos sociais e macroeconômicos, atendendo às necessidades de bens e serviços da sociedade. São executadas pelos agentes econômicos responsáveis no país, que no caso do Brasil, são eles: Banco central, Ministério da Fazenda e a comissão de valores monetários, todos eles são presididos por determinados indivíduos, no caso do banco central a se um presidente, no ministério, um ministro e na comissão, o principal membro desta comissão. Dentre as concepções, existem alguns principais instrumentos de política econômica, são eles: Política Fiscal, Monetária e Cambial.

De modo geral, política monetária, é o controle da quantidade de moeda na economia, está fortemente vinculada a inflação-aumento geral dos preços. Mais moeda disponível gera mais inflação; Política fiscal, é manter o equilíbrio entre receitas (arrecadações) e gastos públicos, é uma política econômica que busca um balanço entre arrecadações do Estado e os gastos públicos; e Política cambial, é administrar as taxas de câmbio, busca evitar variações muito bruscas na taxa de câmbio, que no Brasil é flutuante e gera impactos em outros fatores macroeconômicos.

John Maynard Keynes, um dos economistas mais influentes nas discussões sobre políticas econômicas, dedicou-se profundamente ao estudo das causas da Grande Depressão de 1929. Em suas obras, ele defendeu intervenções robustas por parte do Estado para prevenir a recorrência de crises econômicas. Keynes (1936) argumentou que o governo deveria assumir um papel ativo na economia, estimulando a demanda agregada por meio de políticas fiscais e monetárias. Sua visão enfatizava a necessidade de políticas públicas para estabilizar e promover o crescimento econômico, contrariando a abordagem laissez-faire predominante na época.

2.6 Coleta e Análise de dados

Foram realizados 30 questionários, cada um com 6 perguntas, com 30 pessoas diferentes:

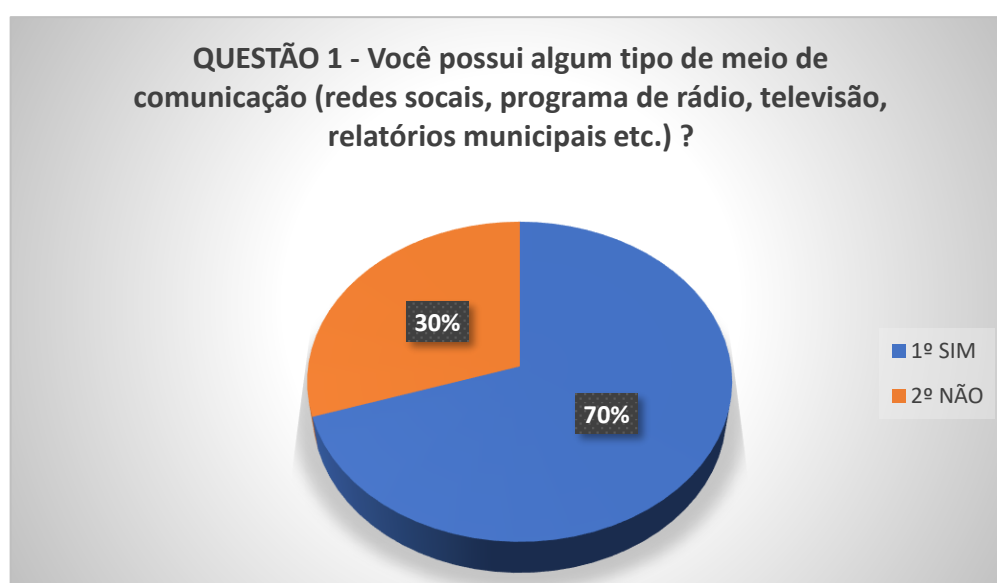
P= Indivíduos Q= Perguntas S= SIM N=NÃO

QUADRO 1.

Indivíduos	Q1- Respostas	Q2- Repostas	Q3- Repostas	Q4- Repostas	Q5- Repostas	Q6- Repostas
P1	S	N	N	N	S	N
P2	N	N	N	N	S	N
P3	S	S	N	N	S	N
P4	S	S	N	S	S	N
P5	N	N	N	N	N	N
P6	S	S	S	S	S	N
P7	S	S	N	S	S	N
P8	S	S	S	S	S	N
P9	N	S	N	N	S	N
P10	S	S	S	N	S	N
P11	S	S	N	N	S	N
P12	S	N	N	N	S	N
P13	S	S	N	N	S	N
P14	S	N	N	N	S	N
P15	S	S	N	N	S	N
P16	S	S	S	N	S	N
P17	N	N	N	N	N	N
P18	N	S	N	N	S	N
P19	S	S	S	S	S	N
P20	S	S	N	N	S	N
P21	S	S	N	N	S	N
P22	N	S	N	N	S	N
P23	S	S	S	S	S	N
P24	N	N	N	N	S	N

P25	S	S	N	N	N	N
P26	N	N	N	N	S	N
P27	N	S	N	N	S	N
P28	S	S	N	N	S	N
P29	S	S	N	N	S	N
P30	S	S	N	N	N	N

Com o questionário feito, é perceptível analisar os seguintes parâmetros:

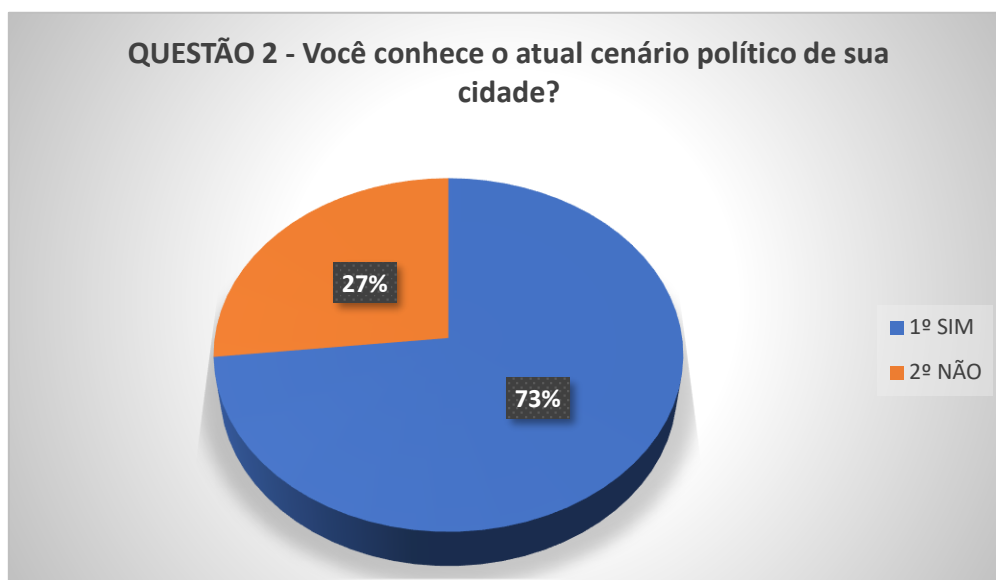


Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na questão 1 (Q1), observamos que 70% das 30 pessoas entrevistadas afirmaram ter acesso aos meios de informação, enquanto os 30% restantes declararam não ter esse acesso. No entanto, mesmo com esses meios disponíveis, percebe-se que a informação muitas vezes não chega de maneira eficaz ou abrangente como deveria.

Esse cenário destaca a importância da transparência na divulgação de informações, conforme destacado pela Controladoria-Geral da União (CGU) no site do Gov.br. A transparência desempenha um papel crucial no combate à corrupção ao servir como um poderoso mecanismo de incentivo para os gestores públicos agirem com integridade e responsabilidade. Ao disponibilizar informações claras e acessíveis sobre as atividades governamentais e o uso dos recursos públicos, não só fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, mas também aumenta a prestação de contas dos administradores.

Portanto, melhorar o acesso e a disseminação das informações econômicas e governamentais é essencial para garantir uma participação informada e engajada dos cidadãos na vida política e econômica. Isso não apenas promove uma maior transparência e responsabilidade na gestão pública, mas também contribui para uma sociedade mais justa e democrática.

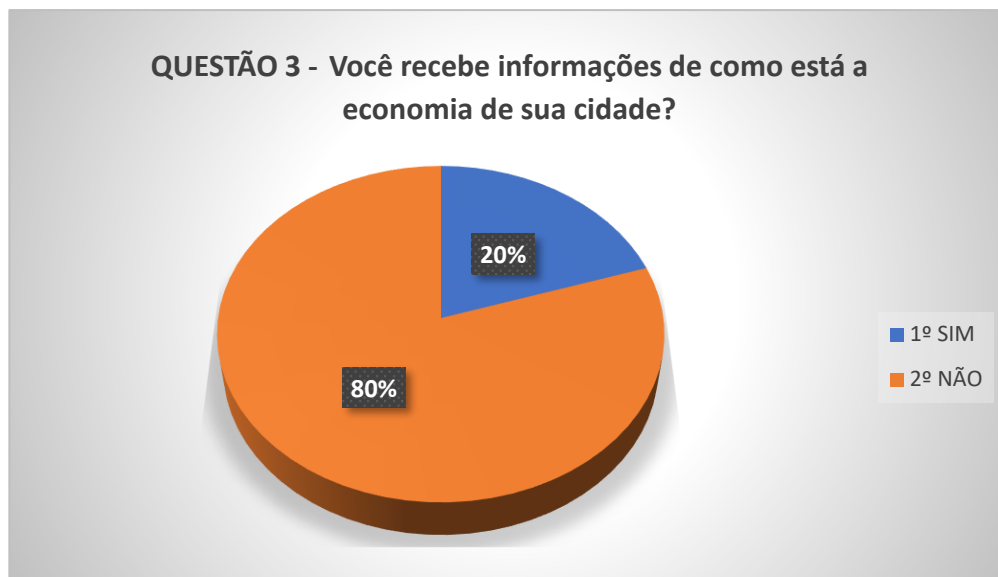


Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na questão 2 (Q2), evidencia-se que 73,3% dos entrevistados têm um conhecimento parcial do atual cenário político da cidade, enquanto 26,7% declararam não ter nenhum conhecimento sobre o assunto. Esses números destacam a diversidade de níveis de informação e interesse político entre os cidadãos.

A participação cívica desempenha um papel crucial na democracia, pois é através dela que os cidadãos exercem seus direitos e responsabilidades, influenciando diretamente as decisões que moldam suas comunidades. Quando uma parcela significativa da população não possui conhecimento político, isso pode resultar em uma representação inadequada de interesses e necessidades no processo decisório.

É fundamental, portanto, promover uma educação cívica robusta e acessível, que capacite os indivíduos a entenderem melhor o funcionamento dos sistemas políticos locais e a importância de seu envolvimento. Isso não apenas fortalece a governança democrática, mas também aumenta a responsabilidade dos líderes eleitos perante seus eleitores. Ao garantir que mais pessoas estejam informadas e engajadas, podemos aspirar a uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as políticas públicas refletem verdadeiramente as necessidades e aspirações de todos os cidadãos.

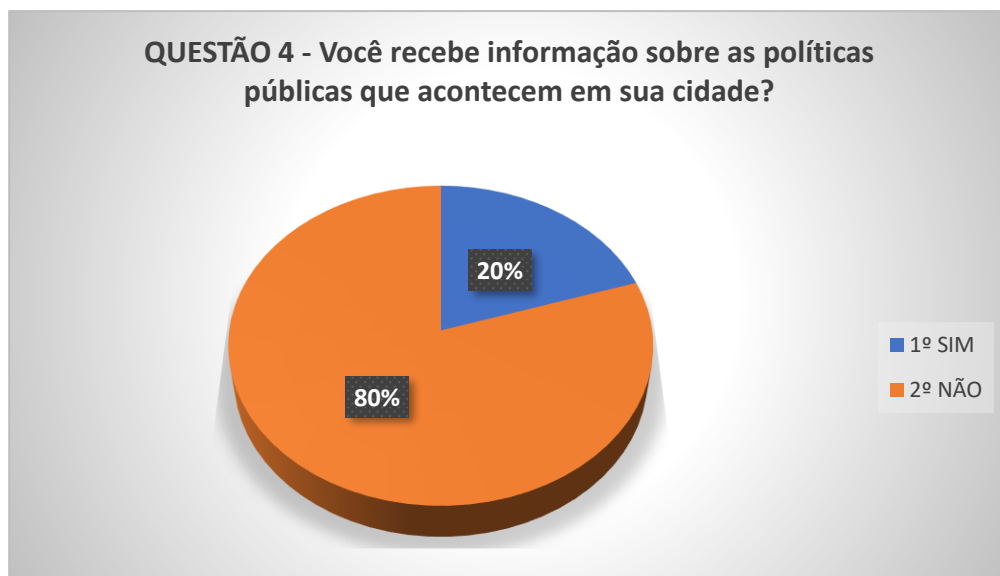


Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na questão 3 (Q3), observamos que apenas 20% das 30 pessoas entrevistadas recebem informações sobre a economia do município. Esse percentual é alarmantemente baixo diante da necessidade crucial de transparência e acessibilidade nas informações econômicas. Os outros 80% afirmaram não ter acesso a qualquer informação sobre o estado da economia local.

Como mencionado anteriormente, as prioridades da política econômica, como crescimento, distribuição de renda e estabilização, são determinadas pelo poder político. No entanto, frequentemente vemos que a estrutura política é influenciada significativamente pelo poder econômico. Esse desequilíbrio pode resultar em decisões que não refletem completamente as necessidades e interesses da população, especialmente daqueles que não têm acesso às informações econômicas pertinentes.

Portanto, é essencial fortalecer os mecanismos de comunicação e divulgação de dados econômicos de forma acessível e compreensível para todos os cidadãos. Isso não apenas promove uma participação mais informada na vida política e econômica local, mas também ajuda a garantir que as políticas adotadas sejam mais inclusivas e representativas da diversidade de interesses da comunidade.

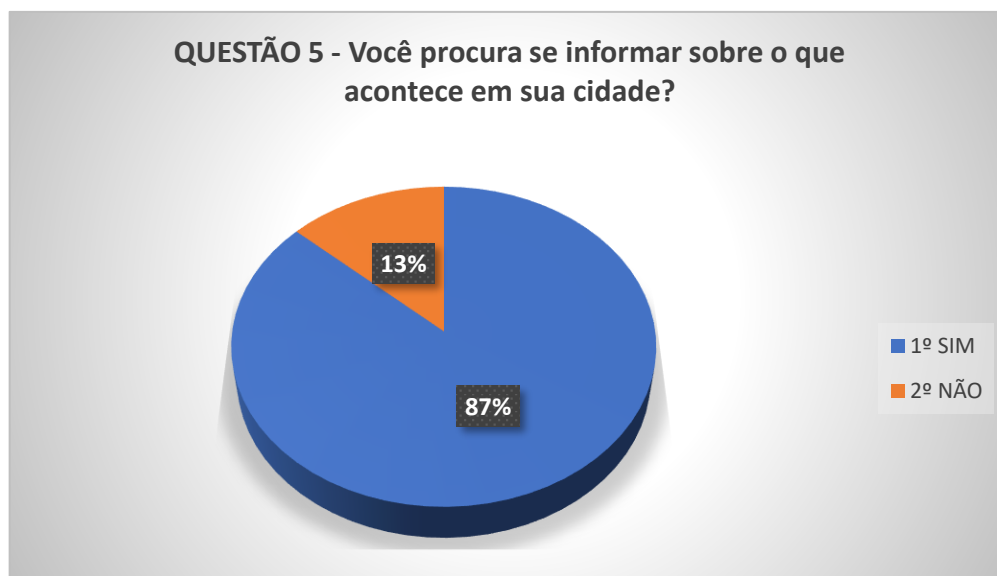


Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na questão 4 (Q4), fica evidente que muitos entrevistados, cerca de 80%, não recebem informações sobre as políticas públicas que estão sendo implementadas dentro do município. Este é um percentual alarmantemente alto, sugerindo uma lacuna significativa na divulgação e transparência das atividades governamentais locais. Apenas 20% dos entrevistados afirmaram receber alguma informação, mas mesmo esses indivíduos indicaram que só tomaram conhecimento das políticas públicas porque buscaram ativamente por essas informações.

Isso destaca a importância crítica da transparência na divulgação das políticas públicas. Quando as informações não são acessíveis ou amplamente divulgadas, há um risco de alienação dos cidadãos em relação às decisões que impactam diretamente suas vidas. A falta de conhecimento pode resultar em desconfiança e falta de engajamento cívico, prejudicando a participação informada e a capacidade dos cidadãos de influenciar positivamente as políticas locais.

Por conseguinte, é fundamental que as autoridades municipais adotem práticas robustas de transparência e comunicação, garantindo que as políticas públicas sejam claramente divulgadas e compreendidas pela comunidade. Isso não apenas fortalece a prestação de contas e a governança democrática, mas também promove uma maior participação cidadã, possibilitando que os residentes contribuam de maneira mais eficaz para o desenvolvimento e o bem-estar da cidade como um todo..



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na questão 5 (Q5), observa-se que aproximadamente 86,7% das 30 pessoas entrevistadas expressaram um grande interesse em se manterem informadas sobre o atual cenário do município. No entanto, muitos desses entrevistados apontaram limitações nos meios disponíveis para obter informações detalhadas, resultando em uma compreensão apenas superficial da real situação local. Por outro lado, os 13,3% restantes dos entrevistados afirmaram não ter interesse em acompanhar o que acontece no município.

Esses dados destacam a importância crucial de uma participação ativa nos meios sociais e econômicos da comunidade. Como discutido anteriormente, a transparência na divulgação das políticas públicas e informações econômicas desempenha um papel vital na promoção da responsabilidade e na tomada de decisões informadas. Quando os cidadãos estão bem-informados sobre as ações e projetos em andamento no município, eles estão mais capacitados para contribuir de maneira construtiva e influenciar positivamente o desenvolvimento local.

Portanto, o interesse em se manter informado não apenas fortalece a conexão entre os cidadãos e suas comunidades, mas também alimenta uma participação cívica mais robusta informada. Isso, por sua vez, pode levar a um governo mais responsável e transparente, refletindo melhor os interesses e necessidades da população local.



Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Na questão 6 (Q6), todos os entrevistados concordaram que atualmente não existe nenhum canal efetivo de comunicação que conecte os líderes políticos aos cidadãos no município. Isso significa que não há um mecanismo ou iniciativa que facilite a interação e a comunicação direta entre os cidadãos e seus representantes durante o processo de tomada de decisões.

Este cenário ressalta a necessidade urgente de estabelecer fóruns de conversa e canais de comunicação eficazes, como discutido anteriormente. A transparência na divulgação de informações econômicas e políticas públicas é fundamental para promover uma participação cidadã informada e ativa. Criar espaços onde os líderes possam ouvir as preocupações e sugestões dos cidadãos não apenas fortalece o vínculo entre governo e comunidade, mas também promove uma governança mais inclusiva e responsável.

Além disso, é essencial destacar o papel crucial dos conselhos municipais nesse contexto. Os conselhos municipais são plataformas onde representantes da sociedade civil podem se reunir com autoridades locais para discutir e deliberar sobre questões importantes que afetam a comunidade. Esses conselhos não só proporcionam um espaço formal para a participação dos cidadãos, mas também garantem que diferentes perspectivas sejam consideradas na formulação de políticas e na gestão municipal.

Portanto, é crucial explorar maneiras criativas e acessíveis de estabelecer esses canais de comunicação bidirecional e fortalecer os conselhos municipais, garantindo que todos os cidadãos tenham voz e se sintam capacitados a contribuir para o desenvolvimento e bem-estar de seu município.

Os questionários foram elaborados com respostas objetivas para proporcionar uma compreensão clara do nível de comunicação e da importância da transparência na administração pública para o desenvolvimento social e econômico. Este estudo tem como objetivo retratar como esses elementos fundamentais influenciam diretamente o progresso de nossa comunidade.

Os resultados destacam a necessidade crítica de um facilitador de comunicação eficaz no âmbito municipal. Além disso, sublinham a importância das relações e interações sociais como componentes essenciais para fortalecer a coesão e o bem-estar comunitário. A análise revela que a transparência na gestão pública não apenas promove a confiança e a participação cidadã, mas também é um catalisador para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.

3 CONCLUSÃO

Considerando meticulosamente os dados, conceitos e percepções relativos à comunicação social, política econômica e suas interseções, esta pesquisa visa destacar a importância crucial da transparência ativa como um elemento essencial para estabelecer uma base robusta de informações pertinentes ao contexto municipal de Capistrano. Ao longo deste estudo, busca-se compreender profundamente como a transparência ativa não apenas fundamenta a disseminação de informações de interesse público, mas também impulsiona melhorias significativas e o desenvolvimento sustentável do município.

No cerne deste debate está a relevância intrínseca da transparência informativa dentro de um município. A ausência desse elemento compromete não apenas o desenvolvimento econômico, mas também impacta negativamente o tecido social. Problemas como fome e escassez de água demandam a implementação de políticas públicas eficazes por parte das autoridades municipais. No entanto, a falta de informação e comunicação cria barreiras substanciais, dificultando a obtenção de consenso para abordar e resolver esses desafios.

Destaca-se, portanto, a imperatividade da criação de canais robustos e comunicativos que promovam o diálogo direto entre cidadãos, líderes e responsáveis. Somente através desse contato direto é possível captar as nuances individuais e compreender a realidade específica de cada membro da comunidade. Neste contexto, discute-se também a relação dos direitos constitucionais dos cidadãos conforme delineado na Constituição Federal. Esta legislação não apenas garante o direito de acesso às informações públicas, mas também representa um avanço significativo para o fortalecimento das políticas de transparência pública, contribuindo assim para a consolidação do regime democrático brasileiro.

Além disso, é fundamental considerar que a transparência ativa não se limita apenas à divulgação de dados brutos, mas também engloba a disponibilização de informações de forma acessível e compreensível para todos os cidadãos. Mecanismos como portais de transparência, audiências públicas e consultas populares são essenciais para promover a participação cívica e o controle social sobre as ações governamentais. Ao promover uma cultura de transparência, não apenas se fortalece a confiança dos cidadãos nas instituições públicas, mas também se estimula a eficiência e a eficácia na gestão dos recursos públicos.

Portanto, a promoção de uma transparência ativa e eficaz não é apenas uma necessidade administrativa, mas uma base fundamental para o engajamento cívico, a confiança pública e o desenvolvimento sustentável de Capistrano e de todos os municípios brasileiros. Investir na transparência não só abre caminho para uma governança mais responsável e inclusiva, mas também fortalece os alicerces de uma sociedade democrática e participativa, onde cada cidadão pode contribuir ativamente para o bem-estar coletivo e a qualidade de vida local.

REFERÊNCIAS

ANGHER, A. J (Org.). **Vade Mecum acadêmico de direito**. 15. Ed. São Paulo: Rideel, 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução do grego, introdução e notas do Prof. Mário da Gama Kury. 3. ed.. Brasília: UNB, 1997.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BLUMLER, J. G. Elections, media and modern publicity process. In: FERGUSON, M. (ed.). **Public communication – the new imperatives: future, directions for media research**. London: Sage, 1990. p. 101-113. (tradução livre de Heloiza Matos para fins exclusivamente acadêmicos).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. (art. 37, § 3º).

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre o acesso a informações públicas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 nov. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/30o3vG6>. Acesso em: 18 maio 2024.

Brasil. **Lei nº 13.460**, de 26 de junho de 2017. Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113460.html. Acesso em: 05 de mar. 2024.

BRASIL. Governo Federal. Controladoria-Geral da União. "**Transparência pública.**" **Disponível em:** <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/transparencia-publica>. Acesso em: 01 mar. 2024

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

DE CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Civilização brasileira, 2021.

DILLARD, D. **A teoria Econômica de Jonh Maynard Keynes**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 7. ed. Traduzido por Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FALEIROS, V. P. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência social**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FESTINGER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance**. Redwood City, CA: Stanford University Press, 1957. Disponível em: <https://translate.google.com.br/?hl=pt-BR&sl=pt&tl=es&op=translate>. Acesso em: 02 mar. 2024. (Tradução livre de Daniel Cunha para fins exclusivamente acadêmicos)

FRASER, N. **Fortunas do feminismo: do capitalismo administrado pelo Estado à crise neoliberal**. Verso Books, 2013.

FURTADO, L. R. **Curso de Direito Administrativo**. 2 ed. Rev. Ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

GERSTLÉ, J. **Comunicación Política, La**. Good Year Books, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELLER, C. **A Síntese da Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda segundo Roy Harrod em "Mr. Keynes and traditional theory**. Araraquara: Departamento de Economia, Faculdade de Ciências e Letras/UNESP, 1999. (Mimeo apresentado no IV Encontro Nacional de Economia Política, 1 a 4 de junho de 1999, Porto Alegre).

HÖFLING, E. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa populacional de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce/capistrano.html> Acesso em: 04 abr. 2024.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Atlas, 1997.

MAFFINI, R. C. O Direito Administrativo nos Quinze Anos da Constituição Federal. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 5, março/abril/maio, 2006. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br>. Acesso em: 06 Mar. 2024.

MARTINS JÚNIOR, W. P. **Transparência Administrativa**: publicidade, motivação e participação popular. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MASER, S. **Fundamentos de teoria geral da comunicação: uma introdução a seus métodos e conceitos fundamentais, acompanhada de exercícios**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1975, p. 1-9.

McLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Tradução de Décio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1964.

MEAD, G. H. **Mind, Self, and Society**: from the Standpoint of a Social Behaviorist. University of Chicago Press, 1934. (Tradução livre de Daniel Cunha para fins exclusivamente acadêmicos)

MULLAINATHAN, S; W. Ebonya. Sticking with Your Vote: Cognitive Dissonance and Political Attitudes. **Applied Economics**, v. 1, p. 86-111, 2009.

NIMMO, D. **The Political Persuaders**: The Techniques of Modern Election Campaigns. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1970. (tradução livre de Daniel Cunha para fins exclusivamente acadêmicos)

SUTTERLEY, D. C.; DONNELLY, G.F. **Perspectives in human development**: nursing throughout the life cycle. Philadelphia, LB. Lippincott, 1973. (tradução livre de Daniel Cunha para fins exclusivamente acadêmicos)

VASCONCELLOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3.ed. São Paulo: Saraiva,. 2008.

WOLFF, F. **Aristóteles e a política**. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.

WEAVER, W. **A teoria matemática da comunicação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

XAVIER, A. R. et al. Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. **Educa - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4627>. Acesso em: 03 mar. 2024.

APÊNDICE

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1.	Você possui algum tipo de meio de comunicação (redes sociais, programa de rádio, televisão, relatórios municipais etc.) ?
2.	Você conhece o atual cenário político de sua cidade?
3.	Você recebe informações de como está a economia de sua cidade?
4.	Você recebe informação sobre as políticas públicas que acontecem em sua cidade?
5.	Você procura se informar sobre o que acontece em sua cidade?
6.	Você tem fácil acesso comunicativo com os responsáveis por cuidar dessas políticas públicas?

Fonte: Elaborado pelo próprio autor